

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio	
Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos	
Ricardo de Araújo Kalid	
Milton Ferreira da Silva Junior	
Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva	
Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto	
Álvaro Sérgio Oliveira	
Daiane Thaise Oliveira Faoro	
Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky	
Édi Augusto Benini	
Elcio Gustavo Benini	
Eziel Gualberto de Oliveira	
Henrique Tahan Novaes	
Martina Nogueira Lima	
Raphael Camargo Penteadó	
Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010

Alyne Sehnem

Universidade Federal de Santa Catarina,
Doutoranda em Administração.
Florianópolis, Santa Catarina.

Juliano Luis Fossá

Universidade Federal de Santa Catarina,
Doutorando em Administração.
Florianópolis, Santa Catarina.

Marcia Berti Fiorin

Universidade Federal de Santa Catarina,
Doutorando em Administração.
Florianópolis, Santa Catarina.

RESUMO: O objetivo geral que permeou este estudo consistiu na realização de uma análise dos indicadores oficiais sobre o desenvolvimento sócio econômico (durante o período de 2000 e 2010) da região compreendida por 12 Agências de Desenvolvimento Regional da região Oeste catarinense no período em que configuravam como Secretarias de Desenvolvimento Regional. Buscou-se fazer uma análise dos indicadores oficiais (IBGE) disponíveis da região Oeste de Santa Catarina tendo como referência os anos 2000 e 2010 a fim de se aconteceram melhorias nos índices e quais as áreas que necessitam mais atenção da população e dos gestores públicos. Constatou-se que os resultados dos 104 municípios da região Oeste catarinense apresentaram melhoria no ano de 2010

comparativamente aos mesmos resultados do ano 2000. Percebeu-se, especialmente, que na região o número de pessoas com faixa etária superior a 60 anos subiu nos últimos 10 anos, observando as alterações registradas em nível nacional. Outros resultados importantes foram observados nos índices de taxa de fecundidade total (que apresentou diminuição) e na dimensão Educação do IDH, cujos resultados estão abaixo das médias nacional e estadual. Concluiu-se que uma observação e acompanhamento por parte de órgãos públicos e instituições privadas se fazem necessária, a fim de se obter um melhor posicionamento de ações no que diz respeito à promoção de políticas e práticas para o desenvolvimento regional direcionadas para essa região. A melhoria na qualidade de vida, que teve como consequência o aumento na expectativa de vida da população faz com que os resultados obtidos possam ser justificados.

PALAVRAS-CHAVE: ADR. Santa Catarina. Desenvolvimento Regional.

REGIONAL DEVELOPMENT AGENCIES (WEST) OF SANTA CATARINA: ECONOMIC SOCIAL ANALYSIS OF THE PERIOD 2000 TO 2010

ABSTRACT: The general objective of this study was to carry out an analysis of the official indicators on the socioeconomic development (during the period of 2000 and 2010) of the

region comprised of 12 Regional Development Agencies of the western region of Santa Catarina in the period in which they formed as Secretaries of Regional Development. An analysis was made of the official indicators (IBGE) available in the western region of Santa Catarina, with reference to the years 2000 and 2010, in order to improve indexes and which areas need more attention from the population and public managers. It was verified that the results of the 104 municipalities of the West region of Santa Catarina showed improvement in the year 2010 compared to the same results of the year 2000. It was noticed, especially, that in the region the number of people over 60 years of age increased in the last 10 years, observing the changes registered at the national level. Other important results were observed in the indices of total fertility rate (which presented a decrease) and in the HDI Education dimension, whose results are below the national and state averages. It was concluded that observation and follow-up by public agencies and private institutions are necessary in order to obtain a better positioning of actions regarding the promotion of policies and practices for regional development directed to this region. The improvement in the quality of life, which had as a consequence the increase in life expectancy of the population, makes the results obtained can be justified.

KEYWORDS: ADR. Santa Catarina. Regional development

1 | A DESCENTRALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina, no ano de 1996, surgiram os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRIs). O primeiro Fórum foi criado na cidade de Chapecó, localizada no Oeste do Estado, como iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (BIRKNER, 2006).

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina promoveu a mobilização dos prefeitos filiados a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), a fim de formar uma comissão e viajar para a Itália com o intuito de conhecer a experiência de desenvolvimento regional implementada no norte daquele país (FECAM, 2009).

Assim, em decorrência dessa iniciativa surgiu na cidade de Chapecó o Fórum do Oeste. Esse fórum criou uma agência própria de desenvolvimento regional, o Instituto de Desenvolvimento Regional – Saga. Essa agência era formada por técnicos da Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) (AMOSOC, 2009).

Seguiu-se a essa iniciativa uma movimentação de técnicos e políticos concentrados em Florianópolis, capital do Estado, no sentido de formar uma organização que passou a fomentar a criação dos fóruns nas regiões. Criou-se assim o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional (Forumcat), composto oficialmente por cerca de 60 entidades civis e governamentais. Desde sua criação, em 1996, o Forumcat exerceu a função de articulador para a formação de redes

locais de cooperação entre os atores políticos nas regiões do Estado (FORUMCAT, 2009).

As Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina são fruto da organização da sociedade civil catarinense em fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. Esses fóruns, de caráter não governamental, perduraram nos anos de 1996 até 2002, quando, por iniciativa do Governo do Estado, foram implantadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional a fim de assistir as microrregiões catarinenses com uma política de descentralização governamental. Para Reina et al (2010, p. 1) “o processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público”. Conforme Birkner (2008), essa ação não se contrapôs aos fóruns, no entanto tirou-lhes o papel de protagonistas, fazendo com que diminuísse a participação da sociedade civil, objetivo da criação dos fóruns.

O governo que atuou em Santa Catarina no período de 2003 a 2006 criou para o estado uma estrutura governamental de descentralização político-administrativa. As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), passaram a atuar como “braços operacionais” do governo nas regiões interior (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2016).

No ano de 2015 o estado de Santa Catarina possuía um total de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional. A partir do ano de 2016 as Secretarias de Desenvolvimento Regional transformaram-se em Agências de Desenvolvimento Regional.

2 | INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Nesta pesquisa foi realizada a caracterização do quadro socioeconômico da região compreendida por 12 Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina. Para tanto foi realizado um levantamento de indicadores referentes ao Produto Interno Bruto – PIB, Dados Populacionais e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Educação, Renda, Longevidade). Esses indicadores foram obtidos em fontes secundárias, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Secretarias de Estado de Santa Catarina.

Os indicadores avaliados neste estudo retratam aspectos sobre: população total, população urbana e rural, Esperança de vida ao nascer; Mortalidade infantil; Índice de Desenvolvimento Municipal (renda, longevidade, educação); Probabilidade de sobrevivência até 60 anos; Taxa de fecundidade total; Taxa de envelhecimento e Expectativa de anos de estudo. As regiões observadas representam o espaço correspondente a 12 ADRs do Oeste catarinense, quais sejam:

ADR	Municípios compreendidos
1ª ADR São Miguel do Oeste	Guaraciaba, Paraíso, Barra Bonita, São Miguel do Oeste, Bandeirante, Belmonte, Descanso
2ª ADR Maravilha	Santa Terezinha do Progresso, Saltinho, Romelândia, São Miguel da Boa Vita, Bom Jesus do Oeste, Sul Brasil, Tigrinhos, Maravilha, Flor do Sertão, Modelo, Pinhalzinho, Serra Alta, Iraceminha, Saudades
3ª ADR São Lourenço do Oeste	Campo Erê, São Bernardino, Novo Horizonte, São Lourenço do Oeste, Jupiá, Galvão, Coronel Martins
4ª ADR Chapecó	Aguas Frias, Nova Erechim, Coronel Freitas, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Guatambú, Chapecó
5ª ADR Xanxerê	São Domingos, Aberlardo Luz, Ipuacu, Entre Rios, Marema, Lajeado Grande, Xaxim, Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Bom Jesus, Ouro Verde, Vargeão, Passos Maia, Ponte Serrada
6ª ADR Concórdia	Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco
7ª ADR Joaçaba	Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval do Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tilias, Vargem Bonita
29ª ADR Palmitos	Mondaí, Riqueza, Cunha Porã, Cunhataí, Caibi, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó
30ª ADR Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira, Princesa, Guarujá do Sul, Palma Sola, Anchieta, São José do Cedro
31ª ADR Itapiranga	Santa Helena, Iporã do Oeste, Tunápolis, Itapiranga, São João do Oeste
32ª ADR Quilombo	Irati, Formosa do Sul, Santiago do Sul, Quilombo, Jardinópolis, União do Oeste
33ª ADR Seara	Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindoia do Sul, Paial, Seara, Xavantina

Tabela 1: Relação das Agências de Desenvolvimento Regional do Oeste

Fonte: os autores.

2.1 Análise Populacional

A região objeto de estudo dessa pesquisa é constituída por doze Agências de Desenvolvimento Regional do Oeste Catarinense: 3 no Extremo Oeste (Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira), 6 no Meio Oeste (Maravilha, São Lourenço do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Palmitos e Quilombo) e 3 no Oeste (Seara, Joaçaba e Concórdia). Essa região tem uma população total no ano de 2010 de 994.182 habitantes (70.622 habitantes a mais do que no ano 2000), representando 16% da população do Estado de Santa Catarina.

Ainda no que diz respeito à população total, é possível observar que somente quatro ADRs apresentaram diminuição no número de habitantes (Seara, Dionísio Cerqueira, Quilombo e São Lourenço do Oeste). Na região da ADR de Dionísio Cerqueira os municípios que apresentaram perda populacional foram Anchieta e Palma Sola; na região da ADR de Quilombo todos os municípios apresentaram perda populacional e da região da ADR de São Lourenço do Oeste, com exceção dos

municípios de São Lourenço do Oeste e Coronel Martins, os demais apresentaram diminuição da população.

No que diz respeito à divisão da população residente no meio urbano e rural, tem-se que em todas as regiões observadas houve uma diminuição de habitantes do meio rural (365.222 no ano 2000 e 301.906 no ano de 2010) e um aumento no número de habitantes do meio urbano (558.338 no ano 2000 e 692.276 no ano de 2010). Os municípios cujos resultados diferem deste “padrão”, apresentando um aumento na população rural foram: Ipuacu, Ponte Serrada, Flor do Sertão e Chapecó; e os municípios que tiveram uma diminuição da população urbana foram: Galvão, Marema e Jardinópolis.

2.2 Longevidade

As doze regiões estudadas apresentam resultado para a esperança de vida ao nascer superiores à média nacional (68,6 anos no ano 2000 e 73,9 anos no ano 2010) e pouco inferiores à média estadual (73,7 anos no ano 2000 e 76,6 anos no ano 2010). Por *esperança de vida ao nascer* entende-se como sendo o número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo (ATLAS BRASIL, 2016).

A região que apresentava menor esperança de vida ao nascer no ano 2000 foi a ADR de Quilombo (70,5 anos) e o melhor resultado no mesmo ano foi percebido na região da ADR de Itapiranga e Seara (73,5 anos). No ano de 2010 o resultado mais baixo foi apresentado pela ADR de Dionísio Cerqueira (74 anos) e a região com maior expectativa de vida foi a ADR de Concórdia (76,7 anos). Importante salientar que todos os municípios apresentaram uma melhora importante nestes números no decorrer dos 10 anos entre uma contagem e outra.

Na avaliação dos indicadores referentes à mortalidade infantil, tem-se na região Oeste resultados melhores que a média nacional (31 por mil no ano 2000 e 17 por mil no ano 2010) e pouco inferiores à média estadual (17 por mil no ano 2000 e 12 por mil no ano 2010). Por *mortalidade infantil* entende-se como sendo o número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas (ATLAS BRASIL, 2016).

A região que apresentou o melhor resultado neste indicador no ano 2000 foi a ADR de Itapiranga (20 mortes a cada mil nascidos vivos) e o resultado mais baixo foi observado na ADR de Quilombo (27 mortes a cada mil nascidos vivos). No ano de 2010 o melhor resultado apareceu na ADR de Chapecó (11 mortes a cada mil nascidos vivos) e o resultado mais baixo esteve nas ADRs de Dionísio Cerqueira e São Lourenço do Oeste (15 mortes a cada mil nascidos vivos). Mesmo assim os resultados podem ser considerados positivos, representando uma melhora considerável no período de 10 anos.

Outro indicador observado no que diz respeito à longevidade na região Oeste

foi a mortalidade até 5 anos de idade (probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas) (ATLAS BRASIL, 2016). Esse indicador também apresentou as mesmas características observadas nos anteriores (inferior à média nacional e pouco superior à média estadual). No ano 2000 a ADR que teve o menor índice de mortalidade até os 5 anos de idade foi Itapiranga (23 por mil) e o maior índice foi na ADR de Quilombo (31 por mil). No ano de 2010 o menor índice foi apresentado pela ADR de Chapecó (13 por mil) e o resultado mais elevado esteve na ADR de Dionísio Cerqueira (18 por mil).

Após a observação dos indicadores referentes à infância, buscou-se informações sobre a perspectiva de envelhecimento da população (até 60 anos), uma vez que os dados sobre a esperança de vida aumentaram consideravelmente nos municípios da região. Desta forma entende-se por *probabilidade de sobrevivência até 60 anos* a probabilidade de uma criança recém nascida viver até os 60 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevaletentes no ano do Censo (ATLAS BRASIL, 2016).

Igualmente procedeu-se a análise dos melhores resultados e dos resultados mais baixos. No ano 2000 a maior probabilidade de sobrevivência até os 60 anos estava nas regiões de Seara, Concórdia, Joaçaba, Itapiranga e Palmitos, ao passo que o resultado mais baixo estava na região de Quilombo. No ano de 2010 o melhor resultado foi percebido na região de Chapecó, Seara e Concórdia e o resultado mais baixo na região de Dionísio Cerqueira e São Lourenço do Oeste.

A análise da *taxa de envelhecimento* nos permite conhecer a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100 (ATLAS BRASIL, 2016). Dessa forma tem-se que no Brasil a taxa de envelhecimento no ano 2000 era de 5,98% e no Estado de Santa Catarina era de 5,3%, ao passo que no ano de 2010 a taxa de envelhecimento nacional passou para 7,4% e em Santa Catarina foi para 6,9%.

Na região analisada o aumento da taxa de envelhecimento foi percebido em todas as regiões, seguindo a tendência nacional de envelhecimento populacional. Pode-se inferir esta melhora aos investimentos em saúde e condições de vida, aliados ao aumento na esperança de vida de maneira geral. Assim, dentre as doze regiões observadas no ano 2000 a ADR de Concórdia apresentava a maior taxa de envelhecimento (7,3%) e a menor taxa estava na região de São Lourenço do Oeste (5,3%). Já no ano de 2010 a maior taxa de envelhecimento continuou sendo observada na região de Concórdia (10,7%) e a menor taxa na região de Xanxerê (7,6%).

Numa observação geral dos 104 municípios compreendidos nas doze regiões analisadas tem-se que no ano 2000 Passos Maia apresentava a menor taxa de envelhecimento (4,03%) e no ano 2010 o município de Chapecó apresenta os menores resultados (5,37%), podendo ser considerados municípios com uma população “jovem”. O município que apresentou a maior taxa de envelhecimento foi, no ano

2000 e 2010 Alto Bela Vista (10,2% e 13,6% respectivamente), representando na região uma maior concentração de pessoas com mais de 65 anos comparativamente aos outros municípios.

Sobre a questão do envelhecimento populacional, pode-se perceber que, no período compreendido entre os anos 2000 e 2010 o Brasil registrou um acréscimo de 2,21% no número de pessoas com idade superior a 60 anos (8,57% no ano 2000 e 10,78% no ano 2010). Esse resultado, também observado na região Extremo Oeste Catarinense, para Areosa et al. (2013), justifica a “necessidade de construção de aportes teórico-metodológicos que sustentem um envelhecimento satisfatório com qualidade de vida”, aspecto que representa para o desenvolvimento regional um importante indicador.

Para Silva (2008) o tema envelhecimento abrange diversas áreas gerando diferentes discussões, uma vez que mudanças de hábitos, crenças e estilos de vida são percebidos por esse público na sua inserção social, assim como na forma como a sociedade os percebe. Há algum tempo, devido à menor expectativa de vida, o envelhecimento não era objeto de preocupação humana. As alterações no “desenvolvimento das tecnologias, escolarização, mudanças nas relações de gênero, na família, casamento, no perfil humano, entre outros” (AEROSA et al., 2013, p. 06) contribuíram para que o envelhecer adquirisse outra dimensão e despertasse o olhar das ciências. Nesse sentido a academia muito tem a estudar e contribuir. Na atualidade o envelhecimento não representa mais um sinônimo de inutilidade, exigindo, portanto, uma nova compreensão.

De acordo com Cancela (2008) o processo de envelhecimento se dá de formas diferentes para as pessoas, podendo, dessa forma, englobar três tipos de idades: idade biológica, que representa o envelhecimento orgânico; idade social, que engloba os hábitos e os papéis reproduzidos pelas pessoas; idade psicológica, que reflete os comportamentos mobilizados pelas pessoas nas diferentes situações ambientais.

Dentre as mudanças ocorridas nos últimos anos e que afetam a população idosa, destacam-se as mudanças demográficas e espaciais, resultado da migração. Com a possibilidade de deslocamentos e da mobilidade que a qualidade de vida superior permite, aos idosos é facilitado o retorno a lugares que remetem a infância, ao litoral, a viagens com amigos. Para AEROSA et al. (2013), a feminilização da velhice é uma das características do envelhecimento populacional. A fragilização do idoso é outro aspecto importante a ser observado, que vai ser refletido em alterações na “saúde, isolamento social, transtornos emocionais, na medida em que representa um processo singular, constituído por características específicas que perpassam essa etapa da vida” (AEROSA et al., 2013, p. 07).

A fim de poder melhor compreender os valores encontrados para a taxa de envelhecimento e esperança de vida ao nascer, buscou-se informações sobre a taxa de fecundidade total dos municípios da região. Por meio da *taxa de fecundidade total* é possível analisar o número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar

o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade) (ATLAS BRASIL, 2016).

Seguindo a tendência nacional e estadual, os municípios da região apresentaram uma considerável diminuição no número de filhos por mulher. No Brasil a taxa de fecundidade passou de 2,4 (no ano 2000) para 1,9 filhos no ano de 2010. No Estado de Santa Catarina esta taxa passou de 2,2 (no ano 2000) para 1,7 no ano de 2010. No âmbito das regiões observadas, no ano 2000 a ADR de Dionísio Cerqueira tinha a maior taxa de fecundidade (3 filhos por mulher), ao passo que a menor taxa estava na região de Seara com 2,2 filhos por mulher.

No ano de 2010 percebeu-se uma diminuição geral nessas taxas, sendo a região de Itapiranga a que apresentou o menor valor (1,6 filhos por mulher) e a região de Xanxerê teve o maior resultado: 2,2 filhos por mulher.

A título de curiosidade buscou-se informações mais antigas sobre este indicador. Percebeu-se que no Atlas Brasil (2016) também estavam disponíveis informações sobre o ano de 1991. Neste ano a taxa de fecundidade nacional foi de 2,9 filhos por mulher e a taxa estadual foi de 2,6 filhos por mulher. Dentre os municípios que fazem parte da região analisada a menor taxa de fecundidade no ano de 1991 esteve em Joaçaba (2,1) e a maior taxa em Bom Jesus (4,6). No ano 2000 a menor taxa continuou sendo observada no município de Joaçaba (2) e a maior taxa em São Bernardino (4). Já no ano de 2010 a menor taxa de fecundidade foi apresentada pelo município de São Miguel do Oeste (1,3) e a maior taxa esteve no município de Ipuacu (3,1).

Estes indicadores nos demonstram claramente que a população da região está em processo de envelhecimento, seguindo a tendência nacional. Esses aspectos evidenciam a diminuição de filhos por mulher no decorrer dos anos, refletindo uma série de fatores (que o estudo não se propôs analisar), tais como inserção no mercado de trabalho, dedicação aos estudos, manutenção do grupo familiar, dentre outros.

2.3 Educação

A observação de aspectos referentes à educação na região das nove ADRs do Oeste Catarinense se deu pelo indicador de *expectativa de anos de estudo*, ou seja, o número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar (ATLAS BRASIL, 2016).

Em nível nacional a expectativa de anos de estudos no ano 2000 era de 8,8 anos e no ano de 2010 subiu para 9,5 anos. No Estado de Santa Catarina este indicador no ano 2000 era de 10,1 anos e no ano de 2010 passou para 10,2 anos. Na região Oeste catarinense, no ano 2000 a menor expectativa de anos de estudo foi registrada na região da ADR de Dionísio Cerqueira (9,7 anos) e a maior expectativa estava na região da ADR de Quilombo (11 anos). Já no ano de 2010 a menor expectativa de estudos estava na região de Xanxerê (10 anos) e a maior expectativa foi registrada na região de Itapiranga (11,7 anos).

Pensando em termos de municípios percebeu-se uma significativa melhora nos valores daqueles que apresentaram a menor expectativa de anos de estudos: no ano de 1991 o município de Tigrinhos apresentava uma expectativa de 4 anos de estudos, no ano 2000 a menor expectativa era no município de Marema (8,9 anos) e no ano de 2010 a menor expectativa de estudos foi registrada no município de Vargeão (8 anos). Os melhores resultados no ano de 1991 foram registrados no município de Ibicaré (11,1 anos de estudos), no ano 2000 o melhor resultado foi registrado em Cunhataí (12,3 anos) e no ano 2010 Jardinópolis apresentou a maior expectativa de anos de estudos: 12,7.

2.4 Índice de desenvolvimento humano

Publicado pela primeira vez no ano de 1990, no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbud ul Haq (1934 – 1998) com a colaboração de Amartya Sen. O objetivo do IDH consistia na medição do nível de desenvolvimento humano das nações com base em indicadores de educação, longevidade e renda, cuja escala varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (total desenvolvimento humano). De acordo com o Ipea (2010), são considerados de desenvolvimento humano baixo os países que apresentam o índice com valores até 0,499. IDH entre 0,5 e 0,799 representam países com médio desenvolvimento humano e, índice superior a 0,800 são considerados altos.

No âmbito deste estudo foram utilizados quatro indicadores referentes ao IDH: 1) Índice de Desenvolvimento Municipal; 2) Índice da dimensão Renda; 3) Índice da dimensão Longevidade; e 4) Índice sintético da dimensão Educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Com relação ao IDH Municipal percebeu-se uma evolução na média dos indicadores em todas as regiões analisadas. Os menores índices no ano 2000 estavam alocados nas regiões das ADRs de Dionísio Cerqueira (0,589), Maravilha (0,589) e São Lourenço do Oeste (0,585) e, mesmo as maiores médias regionais deste ano estavam abaixo da média estadual que foi de 0,674. No ano de 2010 as médias das regiões continuaram abaixo da média estadual (0,774), mas de maneira geral superar a média nacional de 0,727. Os resultados estavam posicionados na faixa considerada de médio desenvolvimento.

Em uma análise específica dos municípios é possível perceber que existe uma considerável distância entre os resultados do maior e do menor índice nos anos avaliados. Como exemplo do IDH Municipal no ano 2000 o menor índice da região foi observado no município de Entre Rios (0,487), considerado baixo. Já o maior índice foi registrado no município de Joaçaba (0,741), considerado de médio desenvolvimento. No ano de 2010 os resultados figuraram entre médio e alto desenvolvimento, estando o menor resultado no município de Saltinho (0,654) - consideravelmente superior ao menor resultado do ano 2000 -, e o maior resultado continuou no município de Joaçaba

(0,827) figurando na faixa de alto desenvolvimento. Juntamente com Joaçaba outros dois municípios obtiveram um IDH Municipal na faixa de alto desenvolvimento: Concórdia (0,800) e São Miguel do Oeste (0,801).

A dimensão Renda do indicador IDH na região Oeste catarinense apresentou resultados abaixo da média estadual nos dois anos analisados (2000 e 2010). Em comparação com a média nacional (0,692) no ano 2000 todas as médias das doze regiões estiveram abaixo. No ano de 2010 seis regiões apresentaram índices superiores à média nacional: Itapiranga (0,740), Chapecó (0,741), Palmitos (0,742), Seara (0,747), Concórdia (0,752) e Joaçaba (0,756).

No âmbito dos municípios os resultados mais baixos foram registrados em Entre Rios (0,490 no ano 2000 e 0,638 o ano de 2010). No ano 2000 o resultado mais elevado, mas ainda na faixa de médio desenvolvimento, esteve em Lacerdópolis (0,760). No ano de 2010 os resultados municipais que enquadraram-se na faixa de alto desenvolvimento foram observados em Seara (0,804), Presidente Castello Branco (0,813), Joaçaba (0,823) e Treze Tílias (0,838).

Na dimensão Longevidade do IDH a região Oeste de Santa Catarina, superando as médias nacional (0,727 no ano 2000 e 0,816 em 2010) e aproximando-se da média estadual (0,812 no ano 2000 e 0,860 em 2010). O município com o menor resultado para Longevidade foi Ipuçu (0,706) no ano 2000 e Campo Erê (0,787) no ano de 2010. Observou-se que, no ano 2000, 40 municípios enquadraram-se na faixa de alto desenvolvimento, apresentando resultados superiores a 0,800. No ano de 2010 esse número subiu para 95 municípios com índice superior a 0,800, sendo o valor mais alto apresentado por Joaçaba (0,891).

No entanto os indicadores da dimensão Educação do IDH apresentam os resultados mais baixos comparativamente aos demais indicadores (em todos os níveis: municipal, estadual e nacional). No ano 2000 setenta e sete municípios da região Oeste apresentavam índices considerados de baixo desenvolvimento, ou seja, seus resultados estavam abaixo de 0,500. O resultado mais baixo foi registrado no município de São Bernardino (0,319), ao passo que o resultado mais elevado foi de 0,651 no município de Joaçaba.

No ano de 2010 todos os 104 municípios enquadraram-se na faixa de médio desenvolvimento, sendo que o resultado mais baixo foi em Caxambu do Sul (0,523) e o mais elevado em Joaçaba (0,771).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores sócio econômicos dos municípios que compõem as doze Agências de Desenvolvimento Regional do Oeste Catarinense demonstram que o desenvolvimento regional no âmbito das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento são um conceito passível de discussão interdisciplinar. Aspecto interessante de ser ressaltado é a possibilidade de diálogo com diferentes linhas teóricas que o conceito

de desenvolvimento regional propicia, permitindo uma compreensão sistêmica da realidade, aspecto que seria prejudicado em caso de estudos isolados.

O presente trabalho pretendeu operar no sentido de levar ao meio acadêmico o estudo de questões empíricas observadas na região oeste do Estado de Santa Catarina. A relação entre as áreas econômica, administrativa, sociológica, histórica, presentes nesse estudo, mostraram-se como formas de superar as barreiras disciplinares, promovendo um encontro de distintas pesquisas.

O entendimento das premissas do desenvolvimento pelos gestores permite que suas ações convirjam em resultados favoráveis e de bom grado a comunidade. Ações que estimulem a participação da população no debate e busca de soluções para problemas comuns promovem o engajamento cívico e a percepção de que a comunidade tem um papel fundamental nas questões administrativas. A promoção do engajamento cívico, os estímulos à solidariedade e às ações cooperativas são importantes princípios que devem ser valorizados e promovidos nas comunidades cívicas. Por isso pode-se afirmar que numa comunidade cívica há coesão social, harmonia política e bom governo.

Os municípios que fazem parte das doze ADRs do Oeste catarinense demonstraram ter como características a organização em redes sociais informais e formais que se refletem nas organizações. Assim, pode-se afirmar que esses grupos podem constituir em importante fator que coopera para o avanço econômico e social adquirido por uma comunidade, por uma região ou por uma nação.

Aspectos que se destacaram no estudo e merecem uma atenção especial da sociedade e das personalidades públicas foram o envelhecimento da população (características observada também em nível nacional) e os baixos indicadores relativos à educação, tanto a taxa de escolaridade quanto a dimensão Educação do IDH. Políticas específicas para estes “problemas” deveriam entrar na agenda de prioridades das Agências de Desenvolvimento Regional e dos municípios.

Sobre o envelhecimento, considera-se que entender esse processo, incluir e valorizar esse público no rol de decisões, estratégias e ações dos gestores públicos muito poderá contribuir para a compreensão do desenvolvimento das regiões. O conhecimento dessa realidade pelos administradores públicos pode caracterizar um ponto de partida para o planejamento de intervenções bem sucedidas tendo em vista o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AREOSA, S. V. C.; KIST, R. B. B.; CARDOSO, C. G.; PIOVESAN, A. R.; FRANTZ, D. Indicadores sociais sobre envelhecimento no Vale do Rio Pardo/RS. **VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. UNISC, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC. Disponível em <<http://www.amosc.org.br/conteudo/?item=1794&fa=251>>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

ATLAS BRASIL. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em 25 de agosto de 2016.

BIRKNER, W. M. K. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional**. Blumenau: Furb, v. 500. 176 p, 2006.

BIRKNER, W. M. K. **Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: estudo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina**. Revista de Sociologia e Política, v. 16, n. 30, p. 297-311, 2008.

CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. Trabalho realizado no Estágio de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Lusíada do Porto. 2008. Disponível em: WWW. Psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM. Disponível em <<http://www.fecam.org.br/home/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO – FORUMCAT. Disponível em < <http://www.forumcat.org.br> >. Acesso em 19 de dezembro de 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em < <http://www.sc.gov.br> >. Acesso em 28 de agosto de 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD-BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.

RAMOS, Giovanni. Governo de SC pronto para mudanças nas SDRs. **Jornal Metas**. 28 de agosto de 2015. Disponível em < <http://www.jornalmetas.com.br/pol%C3%ADtica/pol%C3%ADtica-paisestado/governo-de-sc-pronto-para-mudan%C3%A7as-nas-sdrs-1.1812339>>. Acesso em 08 de nov. de 2016.

REINA, D.; SANTOS, G. K dos.; FORTUNATO, S. M.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R. **O processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público**. Disponível em < <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/382.pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1

